



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES — SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO

ESPECIAL

LUTAREMOS PELA UNIDA DE GUINEENSE, CONTRA TODOS OS OPORTUNISTAS, AVENTUREIROS E AMBICIOSOS, QUE PROCURAM A TODO O CUSTO TRAVAR, OU ENTÃO DESVIAR O NOSSO POVO, DO SEU CAMINHO DELINEADO DURANTE A SUA HISTÓRICA E VITORIOSA LUTA.

5º ANIVERSÁRIO DO HERÓICO 14 DE NOVEMBRO

CASSACÁ REPETIDO EM BISSAU PARA SALVAR PARTIDO DE CABRAL



Fizemos a luta armada de libertação nacional, sacrificando vidas e destinos humanos. Erigimos a independência nacional. Entregamos ao Povo Guineense os instrumentos, a argamassa para a implantação gradual da sua verdadeira identidade.

Vieram, entretanto, os desvios qualitativos. Acumularam-se as traições pontuais. Deu-se livre curso aos erros de palmatória. Erros com resultados gravíssimos na vida das nossas populações mais desfavorecidas.

Uma clique iluminada por apetites sem conta apostou em gigantismos de barro, elitismos descarados.

Assim se fez a recusa do que era fundamental, e em benefício do que era secundário para o País.

Tivemos, então, de exigir a mudança.

Recorremos aos ditames do 14 de Novembro e fixamos, no quadro mais nobre da vida nacional guineense, um Movimento Reajustador que postulava o uso frontal da vassoura ética, sector a sector, palmo a palmo. Que defendia um vasto programa cívico de recuperação do nosso capital humano. Que dava prioridade à concórdia total entre os guineenses, estivessem onde estivessem.

A competência foi estimulada. A Juventude não mais foi táticamente ignorada ou isolada. A Economia foi sacudida por meio de iniciativas novas.

Então, porque o 14 de Novembro é intocável, tivemos de repetir Cassacá. Os ambiciosos, traidores, a isso nos obrigam. Alertados mais do que nunca, aqui estamos, o PAIGC, o Estado, as Forças Armadas — A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU — a cumprir o Projecto da Unidade e Luta.

Aniversário do histórico

CINCO ANOS DE UM

Não é por acaso que esta data ganhou lugar, desde a primeira hora, no calendário que regista marcos históricos guineenses. O acto heroico materializado na noite histórica de 14 de Novembro tem, por fíto, como a prática já o demonstrou, permitir que o Partido seja de facto a força dirigente da sociedade guineense e evitar que um qualquer grupelho, ávido de poder, o transforma em instrumento de luta, um aparelho de opressão, de medo e de morte.

O espírito que animou o 14 de Novembro é o mesmo que o de Cassacá. Prevaleceu e salvou o PAIGC do colapso fatal. No regime deposto tinham ganho forma muitos males (amiguismo, nepotismo, espírito de caciquismo, entre outros) que em 1964 fizeram diminuir a capacidade de intervenção e de luta do Partido.

As confusões várias e algumas atoardas lançadas sobre a opinião pública internacional, a respeito do Movimento Reajustador mereceram do Chefe da

Revolução guineense, camarada João Bernardo Vieira, num breve encontro com os jornalistas nacionais e estrangeiros, realizado, dias depois do acto, na Amura, o seguinte esclarecimento:

«A nossa Revolução é só para servir o nosso povo. Aqueles que nos quiserem considerar marxistas ou moderados, ou ainda não sei o quê, que o façam. Mas o nosso objectivo único é servir o nosso povo, mais nada». De facto, são poucos os que podem servir melhor este povo do que Nino Vieira.

As manifestações espontâneas do povo ao Conselho da Revolução era, de facto, uma prova mais do que evidente e indelével de que a Revolução era e é sua. Que estava salva a Revolução iniciada por Cabral e pela qual muitos sacrifícios consentiu. Mais: o povo, porque o desejava, cedo compreendeu que o 14 de Novembro tinha essencialmente por fíto, reactivar a luta intransigente contra os desvios do caminho traçado por Amílcar

Cabral e que lhe conduziu à liberdade, independência (no sentido lato do termo) e justiça.

O Conselho da Revolução (CR) atribuía a esses indicadores uma importância capital.

«O mais importante para o CR, afirmava Nino Vieira, é que o nosso povo compreenda o que queremos e que vamos no bom caminho que estamos a seguir. A Revolução é do povo e não do Nino».

Os cépticos e os «ideólogos do estrangejo», que, nos tempos primórdios do Movimento Reajustador «fabricaram» modelos políticos estranhos aos objectivos preconizados, dando versões diversas, sucessivamente diferenciadas e manifestamente oscilantes cedo se viram derrotados pela vontade irreversível do nosso povo, pelos factos probatórios e pela seriedade e firmeza de Kabi Na Fantchamna.

Aliás, outro indicador importante oportunamente enaltecido foi o facto de o P.A.I.

G.C. ter sido criado na Guiné e o camarada Cabral ter nascido em Bafatá (Guiné). Significa isto que «não seríamos nós a matar nem Cabral e muito menos o destino do nosso povo para não sermos condenados pelo mundo e pelo próprio povo».

PERCURSOS DA NOVA ERA

A luta de libertação, uma universidade para todos os combatentes, foi a obra do nosso povo que consentiu inúmeros sacrifícios, importa repeti-lo, colocando os seus melhores filhos para a conquista da nossa dignidade. O sangue e as aspirações encarnadas por Cabral, Osvaldo, Domingos Ramos e tantos outros nunca serão vendidos pelo preço da ambição e outras formas humilhantes para a personalidade que a Guiné-Bissau obteve à custa de duros anos de combate.

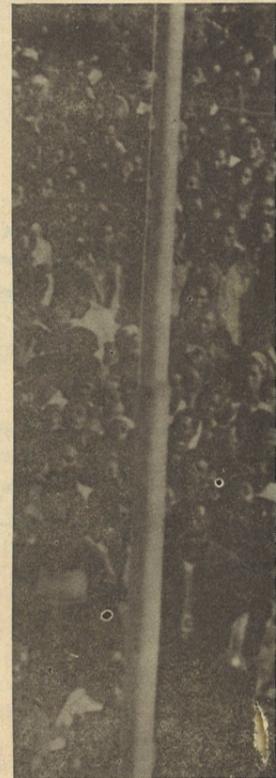
Se Cabral e muitos outros estivessem vivos, que diriam perante a situação, que se vivia, como precursores da nova era que são?

O paternalismo, racismo e tribalismo de certos dirigentes não espantam o nosso povo que desde a primeira hora soube reconhecer os que verdadeiramente defendem os objectivos traçados pelo PAIGC.

«O 14 de Novembro não era para dividir manjacos, balantas, bijagós, fulas, papeis e felupes», advertira o Chefe de Estado. «Qualquer que seja a pessoa: preto, branco, azul ou vermelho, a verdade é que, na nossa terra, ela é guineense», vincara Nino Vieira.

NÃO PODEMOS COEXISTIR COM TRAIADORES

A Revolução é como o comboio em marcha. Há os que ficam e os que seguem em frente. «Qualquer que saia da linha do Partido, que abuse da autoridade do Partido, que recuse obedecer as ordens do Partido, das duas uma: ou ele vence ou então liquidámo-lo de certeza, porque buscamos o interesse do nosso povo, não buscamos o interesse da barriga de



nenhum de nós», diz Amílcar Cabral no seu minário de quadros de 1969.

Quer isto dizer que no Partido só entram os verdadeiros militantes que, em qualquer



Em seis anos de independência total 500 pessoas foram fuziladas sumariamente, sem julgamento e enterradas em valas comuns nas matas de Portugole, Cumeré e Mansabá. Acabar definitivamente com esta situação foi um dos objectivos do 14 de Novembro

A Revolução de 14 de Novembro não foi e nem podia ser tribalista, racista e anti-caboverdiana. As principais causas destes actos heroicos e históricos foram, segundo o relatório datado de Janeiro de

1981, de ordem política, económica e social.

De entre essas causas geradas pela política demagógica implantada pelo grupo de Luiz Cabral, apostam-se a profunda crise em que

se encontrava o Partido, relativamente esvaziado das suas estruturas e cada vez com maiores dificuldades na mobilização popular. O trabalho político ideológico era quase nulo. O isolamento dos

dirigentes face à grande massa dos militantes era evidente. A concentração de poderes num grupo reduzido, de dirigentes, e a política de amiguismo, de nepotismo, de favoritismo e de tolerância excessiva face aos erros, eram outros males que grassavam no aparelho político.

A essa crise de ordem política, prossegue o relatório, veio juntar-se a falta de abastecimento em bens de primeira necessidade, nomeadamente o arroz, provocando um profundo descontentamento popular.

No seio das massas trabalhadoras, a inexistência de uma política salarial coerente e as distorções que esta situação permitia a nível da distribuição de rendimentos, eram, também, fontes de grandes tensões sociais e de crescente descontentamento.

No plano económico, a situação descrita no relatório é a de que esta não era menos alarmante. Pois verificavam-se sucessivos défices de Orçamento de Funcionamento, apenas financiados com recurso a emissões monetárias. Por ou-

tro lado, as receitas do Estado não chegavam sequer para cobrir os salários dos funcionários. Havia um crescimento endividamento, uma deficiente política de investimentos, na sua maioria dotados de fraca ou nula reprodutividade em divisas. Mais: verificava-se uma forte concentração de investimentos em Bissau a um nível que atingiu em 1980 um total de 47 por cento, assim como a queda sistemática da produção agrícola, fruto em parte das más condições

Antes do 14 de Novembro

Um cabaz de falsas gra

14 Novembro de -80 / 14 Novembro de 85



A voz dos militantes soa firme no salão dos Congressos numa reafirmação constante de fidelidade e entrega total ao Partido de luta do povo guineense — PAIGC. Estava reunido o primeiro Congresso extraordinário do Partido (Novembro de 1981)

«A nossa coerência política induzir-nos à efectivação de medidas de saneamento, cujo intuito era a preservação da essência que sempre caracterizou o Partido de Cabral» — afirmara o camarada Presidente do Conselho de Estado e Secretário-Geral do P. A.I.G.C., João Bernardo Vieira, no alvor do ano de 1984, na sua mensagem à Nação.

1980 — 1985. Cinco anos decorridos desde o glorioso dia 14 de Novembro em que um punhado de militantes armados do PAIGC, cientes da meta traçada pelo Imortal Amílcar Cabral, repuseram o desvirtuamento dessa mesma linha pelo anterior regime.

Cinco anos de Reajustamento, de Justiça, da construção de um Es-

tado de Direito, de Rigor e Disciplina, e de Combate à Corrupção. Do Saneamento Económico, etapa por etapa, às grandes linhas-mestras do desenvolvimento preconizadas no III Congresso e reafirmadas no Congresso Extraordinário.

14 de Novembro de 1980 a 14 de Novembro de 1985 — um lustro cujo repassar dos dias trouxe a unidade nacional em prol do desenvolvimento. O fim da injustiça, das prisões em massa, dos massacres, o clima de opressão e de desconfiança que reinava na nossa terra.

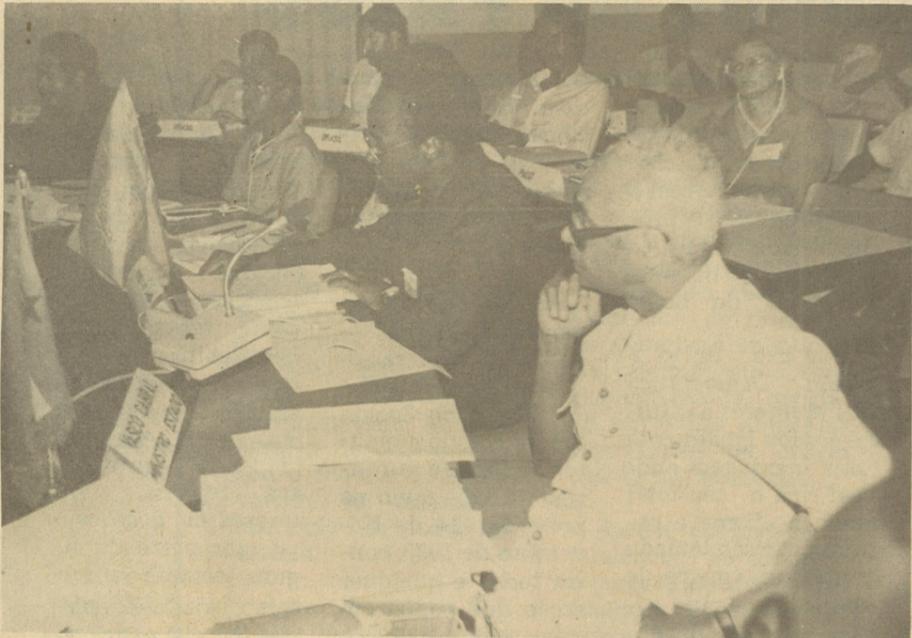
O Congresso Extraordinário do PAIGC repôs a linha de Cabral, a etapa inicial das grandes realizações posteriormente conjugadas no (continua noutra-pág.)



Hoje os nossos órgãos de soberania de eleição popular renasceram ainda mais fortes e decididos a cumprir na íntegra o seu papel de fazer participar todo o nosso povo na gestão da sua vida. Era a Assembleia Nacional Popular que estava reunida na capital da Guiné-Bissau (Maio de 1985)



A Guiné-Bissau não concebe uma política de cooperação sem um diálogo e uma concertação permanentes com os seus parceiros, tanto a nível bilateral e multilateral, como governamental e não-governamental. É nesse quadro que se inscreve a Conferência com as Organizações Não-Governamentais realizada em Bissau (Novembro de 1985)



A comunidade internacional começa a compreender a determinação do Governo guineense a seriedade dos seus propósitos e os grandes sacrifícios que estão a ser concertados pelo povo. Proceder o balanço da actividade internacional no quadro do nosso desenvolvimento foi o objectivo que presidiu à primeira reunião da sequência da Mesa Redonda de Lisboa com os nossos principais parceiros. (Abril de 1985)



Com a eleição do Chefe de Estado guineense como Presidente para o biênio 1985/86, da Organização para o Aproveitamento da Bacia do Rio Gambia (OMVG), na sua IV cimeira realizada em Bissau, os quatro países integrantes assumiram como tarefa comum do desenvolvimento agrícola das populações abrangidas, passar das análises às acções concretas (Janeiro de 1985)

14 Novembro de -80/14 Novembro de 85

(cont. da pág.-anterior)

plano político após o reajustamento. Assim, viu-se clarificar a posição da Juventude Africana Amílcar Cabral com a realização do seu Congresso, a conferência do Partido nas FARP que, mais uma vez, reafirmaria o seu engajamento no processo revolucionário do nosso povo.

As organizações de massas, com o reajustamento iniciado em 14 de Novembro de 1980, tomam um novo sopro, e, as mulheres da nossa terra, realizam o seu I Congresso e traçam o seu perfil no processo de desenvolvimento. Entretanto, por seu turno,

a OPAD dá um salto qualitativo com a sua conferência.

A reforma monetária e o Plano Quadrienal de Desenvolvimento viriam no decurso destes cinco anos, dar uma reviravolta na planificação económica do país. O desencadeamento de acções prioritárias no sector económico culmina com a Mesa Redonda de Lisboa e a reunião de seguimento da Mesa Redonda com os nossos parceiros económicos.

No bloco prioritário do nosso plano de desenvolvimento, a agricultura mereceu o atenção que lhe é devida. Assim, o Governo adoptou medidas de relançamento

do sector agrícola e acompanhou a par e passo as pesquisas efectuadas no campo orizícola. A importância dada ao aumento da produtividade no bloco prioritário, levaria a que se albergasse, na nossa capital, a Cimeira da ADRAO.

Ainda no intuito de se dinamizar a agricultura, esforços foram feitos para uma cooperação frutuosa com os países vizinhos. Na sequência dos passos dados o país viu-se integrado no «clube» dos países do aproveitamento da bacia do Rio Gâmbia. Por outro lado, dentro do mesmo espírito de relacionamento e do apro-

veitamento dos recursos hídricos, acordos foram rubricados para o rio Cérubal.

Com o reajustamento das distorções políticas e económicas, o nosso país caminha a passos seguros. Cinco anos já decorreram desde o glorioso dia 14 de Novembro de 1980 e a face do país vai-se transformando num desenvolvimento autocrático e planificado.

14 de Novembro de 1980 a 14 de Novembro de 1985: o reajustamento político, económico e institucional. Cinco anos de acção metódica, na disciplina, no combate à corrupção e no aumento da produção e da produtividade.



A cimeira de Chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa ultrapassa o quadro de negociações entre um grupo de Estados independentes, para converter numa reunião de Combatentes da Liberdade que procuram a conjugação de esforços em benefício da criação do bem-estar para os seus povos. A quarta cimeira teve lugar em Bissau (Dezembro de 1983)



A reafirmação da JAAC como reserva segura e combativa do PAIGC lema do primeiro Congresso da Juventude Africana Amílcar Cabral, mostra que a juventude guineense, tal como ontem, continua a merecer essa confiança (Setembro de 1983)

ANP e Organizações de massas reafirmam fidelidade ao PAIGC

A presidência da Assembleia Nacional Popular reunida em sessão extraordinária para analisar a actual situação política vivida no país, em consequência do recente atentado planeado contra a segurança do Estado, decidiu enviar uma mensagem condenando tal atitude.

Na mensagem, a presidência da ANP condena «firmemente a tentativa de desestabilização levada a cabo por um grupo de ambiciosos e irresponsáveis, a qual iria pôr em causa a unidade nacional e as conquistas irreversíveis da nossa glorio-

sa Luta de Libertação Nacional».

Por outro lado, afirmava na mesma mensagem o seu «apoio indifectível ao PAIGC, e a ao seu Secretário-Geral e Presidente do Conselho de Estado, camarada João Bernardo Vieira, cuja clareza, decisão e firmeza tem permitido, após o glorioso Movimento Reajustador do «14 de Novembro», que o Partido continue, decidido na linha de pensamento de Amílcar Cabral, a construir o progresso e o bem-estar para o povo guineense.

Igualmente foram registadas outras

mensagens de apoio ao Partido e ao Governo e condenando a natureza do atentado. Assim, a mensagem da União Nacional dos trabalhadores (U.N.T.G.) da Guiné-Bissau reafirma a sua fidelidade incondicional aos princípios revolucionários que norteiam a acção do glorioso Partido P.A.I.G.C., à acção vitoriosa do 14 de Novembro, ao pensamento político de Amílcar Cabral e ainda ao Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado, camarada João Bernardo Vieira, símbolo da Unidade Nacional e da conti-

nuidade do Partido.

A UNTG exorta ainda a todos os trabalhadores guineenses a aumentarem a sua produção e produtividade rumo ao progresso e bem-estar social, do nosso povo.

Por seu turno, a União Democrática das Mulheres da Guiné enviou igualmente uma mensagem onde reafirma o seu total apoio à «firme e corajosa decisão tomada contra um grupo de oportunistas cuja acção fraccionista era criar confusão no seio do nosso povo, dividir a Direcção do nosso glorioso Partido e desestabilizar o poder,

pondo assim em causa a Soberania Nacional, em detrimento das suas acções ambiciosas, desmedidas, tribais e oportunistas».

«Encorajamos o camarada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado a manter-se firme e intransigente tal como na noite de 14 de Novembro de 1980, contra toda e qualquer acção que ponha em causa o nosso Partido, os objectivos do 14 de Novembro e a Unidade Nacional, afirmava a mensagem da UDEMU.

Por outro lado, o Secretariado do Conselho Central da Juventude Africana Amílcar Cabral (J.A.A.C.) através da sua mensagem enviada decidiu «condenar energeticamente a recente tentativa de desestabilização política, reveladora da ambição, oportunismo e opções políticas contrárias aos legítimos interesses do nosso povo, por parte de alguns sectores da nossa sociedade e apoiados por elementos irresponsáveis do Partido ultrapassados pelo avanço do processo histórico em curso».

14 de Novembro

DESAFIO NECESSÁRIO



Estas gravuras são bem ilucidativas. As manifestações espontâneas do povo ao Conselho da Revolução eram uma prova mais do que evidente e indelével de que a Revolução era, de facto, como Nino Vieira afirmara em diferentes ocasiões, do povo

momento estejam dispostos a darem o máximo de si mesmos para defender o PAIGC.

Com Kabi no leme, tem sido assim. A luta implacável contra os traidores aos princípios

e ensinamentos legados por Amílcar Cabral tem sido irreversível, porque, como salientara no encerramento do Congresso Extraordinário, «era uma dívida para todos nós se deixássemos cair a maior herança legada pelo Fundador da Nacionalidade e os nossos heróis».

1.º PLANO DE DESENVOLVIMENTO

«4 anos após o 14 de Novembro, as condições sócio-políticas, caracterizadas por um Estado de segurança social e um clima são e de concórdia nacional, demonstrava uma forma cabal que o Conselho da Revolução cumpriu as tarefas que lhe foram impostas. Depois do 1.º Congresso Extraordinário em que o Partido recuperou de novo toda a sua coesão e determinação em prosseguir com a herança de Cabral, chegou o momento de devolver, às massas o exercício do poder soberano.

Antes porém, o CR ciente de que por muito graves que fossem os nossos problemas de conjuntura económica, a sua resolução só seria possível quando enqua-

drados numa política de desenvolvimento, mobilizou os esforços de todos os departamentos estatais, empresas, regiões e os trabalhadores da nossa terra para a elaboração do nosso 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento.

Assim, em 1983 deu-se o início da implementação das medidas de estabilização económica no país, que incidiram sobre os domínios da política monetária, cambial e de créditos, de rendimentos e preços, de investimentos, comercial e financeira.

É-nos grato notar que 1984 foi o ano em que se atingiu maior nível de exportações desde a nossa independência, cerca de 18 milhões de dólares, não obstante o aumento de produção de géneros alimentícios ter sido modesto e, consequentemente, registado um défice alimentar em cereais na ordem das 35 mil toneladas.

Porém, conteve-se a tendência ao aumento crescente do défice das finanças públicas que diminuíram em termos reais em 1984 relativamente no ano transacto, e melhorou-se sensivelmente a situação das nossas contas externas.

Os aumentos de preços aos produtores permitiram uma redistribuição do rendimento da cidade para o campo com benefícios reais para os camponeses, podendo-se afirmar que uma das condições para o incentivo ao aumento da produção está criada.

Para 1985, a política económica preconizada pelo Governo assenta nos seguintes parâmetros: no domínio cambial e monetário foi adoptada uma política flexível, praticando relações cambiais em níveis inferiores aos registados em 1984. Ajustou-se as taxas de juros e mateve-se um controlo sobre a taxa de aumento da liquidez.

No sector financeiro, manteve-se a diminuição, em termos reais, do défice das finanças públicas, que através da contenção do nível da despesa, quer através do aumento das receitas.

Fizeram-se já as necessárias correcções aos preços no produtor. Assim, o arroz foi aumentado de 65,5 por cento, a mancarra de 69,1 por cento, o coco-noté de 65,2 por cento, a castanha de cajú de

62,9 por cento. São preços que continuam a política de redistribuição de rendimentos da cidade para o campo, beneficiando em termos reais os nossos camponeses.

Por outro lado, e como incentivo à comercialização interna dos produtos aumentaram-se as margens comerciais que se situam agora nos valores seguintes: arroz 7,5PG por quilograma, mancarra 3PG/Kg, coconote 2PG/Kg e castanha de cajú 1,5PG/Kg.

Os salários aumentaram na ordem de 20 a 35 por cento a partir de 1 de Janeiro de 1985, de forma a compensar perdas anteriores ao poder de compra.

No domínio do desenvolvimento económico, manteve-se como objectivo central de acção, a autosuficiência alimentar. Continuou-se a manter como prioritários os sectores do desenvolvimento rural, das florestas, pescas e minas...

RELAÇÕES NO PLANO INTERNACIONAL

No plano internacional foram reafirmados os princípios que sempre presidiram a política externa do PAIGC. Nesta ordem de ideias decidiu-se manter a linha anti-imperialista, anti-colonialista e anti-racista, de apoio incondicional à justa luta de libertação nacional, e de Não-Alinhamento. Por outro lado, promover o estabelecimento e desenvolvimento de relações de cooperação entre o nosso Estado e todos os países do mundo, (excepto a África do Sul e Israel), na base do Direito Internacional e dos princípios de respeito mútuo dos soberanias, da não ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens.

Igualmente, promover o incremento das estruturas de apoio à emigração, por forma a garantir a defesa dos direitos dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro.

andezas

climáticas, mas também duma orientação da política económica que se vinha processando largamente em prejuízo do sector agrícola.

Em suma, era notória a falta de rigor no fornecimento de elementos aos organismos competentes, que deveriam prestar contas às fontes de financiamento externo da ajuda, em particular aos doadores, por parte de alguns departamentos do Estado e com a conivência de certos dirigentes.



PARTIDO DE CABRAL REJEITA NEGATIVISMO DOS SEPARATISTAS

Nas horas difíceis, melindrosas, da vida das sociedades humanas, a palavra é um bem. Escrita, ou falada, a palavra clarifica, explica, torna possível as definições apropriadas a cada situação. Se os jornalistas e os políticos, também os políticos, os homens com responsabilidades de direcção, dominam essa intimidade do património ao serviço do Homem: a palavra.

Pela palavra, e sempre na transparência, falando o homem e escrevendo o homem, falando a vida e escrevendo a vida, o PAIGC tem feito da sua história uma proposta de comunicação. A comunicação, no Partido de Cabral, tem sido um dos instrumentos verdadeiramente adultos da sua projecção. A palavra tem sido uma das bandeiras inteligentes do PAIGC. A palavra na hora certa, conciliadora, pedagógica, acima de tudo, a palavra como realismo.

A República da Guiné-Bissau conhece e cultiva, através do seu Partido, esta exigência ética: o realismo.

Naturalmente, esse realismo pede palavras adequadas.

A declaração que, oriunda do Secretariado do Comité Central do PAIGC e que passamos a reproduzir, acompanhada, na sua forma, e no seu conteúdo, o amadurecimento que o Partido de Cabral vem proporcionando através dos próprios desafios que lhe são lançados:

O PAIGC, criado em 1956 como organização de luta para a libertação do nosso povo do jugo colonial português, definiu como seu objec-

tivo principal a liquidação da exploração do Instauração Humana, a instauração de uma ordem social, jurídica e económica mais justa, e a criação do progresso e bem-estar numa Nação Africana forte e unida, onde todos os seus filhos poderão viver e ter as mesmas possibilidades de avanço e de melhoria das suas condições de vida, independentemente da sua raça ou etnia, da sua cor de pele, do seu credo ou da sua condição social e económica.

Foi nessa base que o PAIGC mobilizou o nosso povo contra o Colonialismo Português. Como resultado dessa mobilização, representantes de todas as categorias sociais, de todas as etnias, de todos os credos e confissões religiosas que compõem a Nação Guineense, aderiram aos ideais do Partido, tornando assim possível o desencadear duma revolução nacional que não foi conduzida por uma classe ou grupo étnico especial, mas sim por todas as forças sociais da Nação Guineense, dirigidas por uma vanguarda lúcida e revolucionária que é o Partido de Cabral.

Os Patriotas e Nacionais Guineenses que levaram ao nosso povo, nas tabancas mais distantes da nossa terra, a mensagem da independência nacional e da libertação social, nunca foram motivados por nenhuma razão de natureza tribal, religiosa ou racial. Por isso, nenhum camponês, assalariado ou intelectual, nenhuma mulher ou homem guineense, e muito menos a nossa juventude patriota que teve o privilégio histó-

rico de iniciar o processo revolucionário, aderiu ao Partido, porque este lhe prometeu libertar a sua região, a sua tabanca ou a sua etnia em detrimento de outras regiões, tabancas ou «tribos».

O nosso Partido, desde o início da mobilização foi bastante claro para o nosso povo: ao mobilizar as diferentes categorias sociais da nossa terra, o Partido deu ao nosso Povo a certeza de que, unidos como um só homem, a tarefa da conquista da independência estaria facilitada. O nosso cam-

portar por mais tempo o peso da exploração e da humilhação colonialista.

Foi por isso que o Partido esteve sempre vigilante contra toda a acção de carácter divisionista, seja ela de natureza política, económica, racial ou tribal.

O Colonialismo Português, pensando que a melhor forma de eliminar as bases da resistência nacional organizada do povo guineense era a incentivação do divisionismo e do diversionismo em todas as suas formas, pugnou pela fomentação do tri-

monstrava que a diversidade cultural e o pluralismo étnico e a fragilidade da organização sócio-económica tradicional só poderão constituir uma força e uma riqueza quando inseridos numa perspectiva de Unidade e de integração nacional.

Terceiro, a tese colonialista e reaccionária de dividir para reinar numa base tribal ou política, é refutada pelo facto de que a evolução das sociedades contemporâneas, e as conquistas registadas nos domínios da ciência, da

científica de desenvolvimento das Sociedades Humanas. Foi esse também o espírito que motivou o glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

O PAIGC, agiu e agirá sempre nesta perspectiva — e é nessa base que reside a sua força, a razão de ser da sua luta e é isso que explica a razão por que a maioria esmagadora da população guineense, sobretudo as camadas mais desfavorecidas, está incondicionalmente ao seu lado.

Com efeito, o Secretariado do CC do P.A.I.G.C., reunido em sessão extraordinária, e após ter analisado a acção divisionista dum grupo de dirigentes, ambiciosos e irresponsáveis, que pretendia assaltar o poder pela via da força, motivada por objectivos expressamente anti-patrióticos e anti-patrióticos.

Decide: 1 Felicitar o Bureau Político do PAIGC pela prontidão na tomada de decisão da Segurança do Estado, bem como a firmeza e a coerência demonstrados pelo Secretário-Geral do PAIGC, General de Divisão João Bernardo Vieira, na resolução dessa questão que representa um atentado à Unidade Nacional e à continuidade do nosso glorioso Partido, o PAIGC.

2 Apelar a todas as estruturas do Partido, das Organizações de Massas e do Estado, no sentido de empreenderem acções políticas no seio do nosso povo, com vista ao reforço da consciência nacional e patriótica dos militantes e simpatizantes do Partido.

MENSAGEM DE ABDOU DIOUF

O Presidente Abdou Diouf, da República do Senegal, por contacto telefónico com o seu homólogo, camarada General de Divisão João Bernardo Vieira, Secretário-

-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado, manifestava, em nome do povo e governo senegaleses e em seu nome pessoal, o total apoio às decisões que

o BP do CC e o Conselho de Estado tomaram contra os implicados em manobras desestabilizadoras e contra a segurança do Estado.

ponês pobre, os assalariados mal remunerados das nossas cidades e os intelectuais patriotas, compreendendo a veracidade deste postulado, aderiram ao P.A.I.G.C. e definiram como princípio fundamental da sua acção para a libertação nacional a Unidade e Luta.

Se o nosso Partido não tivesse a clarividência de definir o princípio da Unidade e Luta como princípio director da nossa luta contra o colonialismo e para a construção nacional, estar-lhe-ia reservada não só a mesma sorte que os ditos movimentos de independência que basearam a sua acção numa base puramente tribal, tiveram, mas também cometeria o erro histórico de condenar o Povo Guineense a su-

balismo e pela criação de estruturas sócio-políticas, e mesmo económicas, capazes de reproduzirem este foco de contradição e de aniquilamento da consciência nacional e da própria Nação. Porém, os factos não tardaram em demonstrar a inviabilidade desta perspectiva colonialista:

Primeiro, a acção organizada do nosso Partido, à medida que ia criando na consciência de cada cidadão guineense o germen do patriotismo e da dignidade nacional, frustrava toda a acção divisionista retrógrada e reaccionária, empreendida quer pelo poder colonial, quer pelos seus agentes.

Segundo, a própria realidade sociológica e económica do país de-

técnica e da própria sociologia, provou a inviabilidade da existência de autorquias étnicas, políticas ou económicas, num mundo que caminha interruptamente para a complementaridade e a integração das nações, e mesmo das culturas.

O PAIGC, como força política mais avançada da sociedade guineense, compreendeu desde cedo esta verdade histórica irrefutável. A sua acção decidida durante o Congresso de Cassacá, contra os corruptos, os oportunistas e os tribalistas, comprova sem sombra de dúvidas que a acção do nosso Partido se nutre dos ideais mais nobres e universais da cultura humana e se baseia numa perspecti-